

A agenda 2030 das nações unidas

MORAIS, José Mauro. "A agenda 2030 das nações unidas". Valor Econômico. São Paulo, 22 de julho de 2019.

Durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, foi aprovada, por 193 Estados-membros, a Agenda 2030, que definiu os objetivos para o mundo erradicar a pobreza, respeitando o meio ambiente. O plano de ação da Agenda 2030 é formado por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que indicam as trajetórias e as políticas a serem seguidas para o cumprimento dos objetivos. No contexto da Agenda, da qual o Brasil participa, o Ipea publicou o relatório "ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos", um dos 17 objetivos. O relatório apresenta um diagnóstico inicial da posição do Brasil na utilização de fontes de energia limpas, avalia as atuais políticas públicas de estímulo ao uso mais intensivo de energias renováveis e analisa as tarifas de energia elétrica pagas pelos consumidores.

Os dados e informações levantados no relatório confirmam que avanços importantes vêm sendo obtidos pelo país no aumento da utilização das fontes renováveis (eólica, biomassa, solar, hidráulicas) na geração de energia elétrica. A participação das renováveis aumentou de um patamar já elevado, de 78,7%, no final de 2013, para 83,0%, em dezembro de 2018. Quando se compara com a situação mundial, a posição do Brasil como país modelo em energias limpas é realçada: a capacidade instalada das energias renováveis no mundo permite produzir apenas 26,5% da energia elétrica consumida, segundo dados da International Renewable Energy Agency - Irena, não obstante o substancial aumento dos investimentos em energias eólica e solar nos anos recentes. Assim, 73,5% da energia elétrica mundial ainda dependem de fontes não renováveis, como o petróleo, o carvão e as usinas nucleares.

Dentre as fontes renováveis, a presença maior no Brasil é das usinas hidrelétricas (63,8% da capacidade total de geração - e no mundo, 16,4%), mas as usinas eólicas, que utilizam a força dos ventos, são as que têm apresentado maior crescimento: sua capacidade de geração passou de menos de 2% do total, em 2013, para 8,8%, em dezembro de 2018 e para 9,1%, em abril de 2019. O Brasil ocupou o quinto lugar no ranking de capacidade eólica nova instalada no mundo, em 2018, depois da China, Estados Unidos, Alemanha e Índia. Mais de 80% das usinas de produção de energia eólica estão localizadas em estados do Nordeste. Em energia solar, a expansão foi lenta até 2016, mas acelerou-se em 2017/2019, tanto na Geração Distribuída (GD), isto é, a produção de energia pelo próprio consumidor, em painéis solares instalados em telhados de prédios residenciais, industriais ou comerciais, quanto nas usinas solares centralizadas de maior porte. A Geração Distribuída aumentou de 7,4 mil locais com instalações, em dezembro de 2016, para 71,4 mil, em abril de 2019, indicando crescimento acumulado de 865% em pouco mais de dois anos.

Por outro lado, dados recentes do Ministério de Minas e Energia mostram que, como resultado da menor elevação da capacidade instalada das usinas térmicas que utilizam como combustíveis o carvão e os derivados de petróleo, sua participação relativa na geração elétrica do país reduziu-se de 19,8%, em dezembro de 2013, para 15,5%, em abril de 2019. As usinas térmicas que utilizam matérias primas

renováveis (biomassas) diminuíram levemente sua participação relativa na capacidade instalada de geração, de 9,1% para 8,9 %, apesar do aumento no número de usinas em operação no mesmo período.

Ao lado da constante redução nos custos de geração de energia das fontes renováveis e do aumento da conscientização dos empresários e dos consumidores sobre a necessidade de se ampliar o uso de energias limpas, o Brasil adotou, ao longo dos anos, um conjunto de ações em políticas públicas que incentivam os investimentos em energias renováveis e em biocombustíveis. A política mais duradoura é a obrigatoriedade da mistura de etanol à gasolina, adotada em 1975, no Proálcool, cuja proporção atual é de 27%. Nessa mesma linha, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) contribui para a redução da poluição emitida pelos veículos a diesel ao aproveitar diferentes fontes de plantas oleaginosas para a produção do biodiesel e sua mistura ao diesel fóssil. O Brasil é o segundo mercado mundial no consumo do biodiesel, depois dos Estados Unidos. A mistura obrigatória atual de 10% será aumentada em 1% a cada ano, até atingir 15%, em 2023.

Outros mecanismos essenciais são os programas de financiamento do BNDES para parques eólicos e energia solar, e os leilões de contratação de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que estimulam os investimentos em fontes de energia limpas, proporcionam maior diversificação na oferta de energia e ampliam as oportunidades de emprego mais qualificados. Dados do BNDES mostram que o valor dos financiamentos para a implantação de parques de geração eólica somou R\$ 40,4 bilhões nos últimos quatorze anos, em valores nominais. Desse valor, 85% foram concedidos para a implantação de usinas eólicas em sete estados do Nordeste, e 12,3% no Rio Grande do Sul.

Não obstante os avanços comentados, persiste ainda no Brasil a aplicação de tarifas altas nas contas de energia, que se elevaram, de 2014 a 2018, em valores reais, em 12,8% para o setor residencial, 19,1% para comércio e serviços e 25,7% para o setor industrial. As causas são conhecidas: i) correções nas tarifas das empresas concessionárias de energia, resultantes das rebaixas tarifárias aplicadas pelo governo federal, em 2013, consideradas insuficientes para cobrir os custos de geração elétrica; ii) necessidade de acionamento das usinas térmicas, de custos mais elevados, para suprir a diminuição temporária de energia das usinas hidroelétricas nos meses com menores índices de chuva; iii) os subsídios pagos pelos consumidores a diversos tipos de usuários dos serviços de energia; iv) os diversos encargos e tributos incidentes sobre as contas de luz.

A alta presença das fontes renováveis na geração de eletricidade, com base nos aproveitamentos dos mananciais dos rios brasileiros, tornou o Brasil referência mundial em energias limpas, com baixa emissão relativa de gases poluentes na atmosfera. Essa vocação vem sendo reforçada pelo interesse crescente pelas fontes eólica e solar. Apesar de persistirem ainda no país algumas vozes contrárias à tese do aquecimento global, as políticas já adotadas permitem supor que o país continuará na trajetória de aumento das fontes de energia limpa, com aproveitamento crescente das potencialidades regionais, contribuindo para minimizar as mudanças climáticas e seus impactos no meio ambiente e para o aumento da renda e do emprego.

José Mauro de Moraes é especialista em energia no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e autor de "Petróleo em águas profundas".